

Boletim do Trabalho e Emprego

27

1.ª SÉRIE

Propriedade: Ministério para a Qualificação e o Emprego
Edição: Direcção de Serviços de Informação Científica e Técnica

Praço 205\$00
(IVA incluído)

BOL. TRAB. EMP.	1.ª SÉRIE	LISBOA	VOL. 63	N.º 27	P. 987-1012	22 - JULHO - 1996
-----------------	-----------	--------	---------	--------	-------------	-------------------

ÍNDICE

Pág.

Regulamentação do trabalho:

Portarias de extensão:

- PE das alterações aos CCT (administrativos) entre a ANCIPA — Assoc. Nacional de Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares (divisão de confeitaria) e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e entre a mesma associação patronal e a FEPCEC — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outra 989
- PE das alterações ao CCT entre a APIV — Assoc. Portuguesa dos Industriais de Vestuário e o SINDE-TEX — Sind. Democrático dos Têxteis e outros 990
- PE das alterações ao CCT entre a APIGTP — Assoc. Portuguesa das Ind. Gráficas e Transformadoras do Papel e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outros 990
- Aviso para PE das alterações aos CCT (pessoal fabril — Norte) entre a AIBA — Assoc. dos Industriais de Bolachas e Afins e outra e o Sind. Nacional dos Operários Confeiteiros e Ofícios Correlativos do Dist. do Porto e entre as mesmas associações patronais e a FSIABT — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos 991
- Aviso para PE das alterações salariais aos CCT entre a AÇOMEFER — Assoc. Portuguesa dos Grossistas de Aços, Metais e Ferramentas e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio e outros e entre a Assoc. Portuguesa de Comerciantes de Materiais de Construção e a referida associação sindical e outros 992

Convenções colectivas de trabalho:

- CCT entre a ANIL — Assoc. Nacional dos Industriais de Lacticínios e várias cooperativas de produtores de leite e a FEPCEC — Feder. dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços — Alteração salarial e outras 992
- CCT entre a ANCAVE — Assoc. Nacional dos Centros de Abate e Ind. Transformadoras de Carne de Aves e a FEPCEC — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços — Alteração salarial e outras 994

— CCT entre a AIT — Assoc. dos Industriais de Tomate e o SETAA — Sind. da Agricultura, Alimentação e Florestas — Alteração salarial e outras	Pág. 995
— CCT entre a ALIF — Assoc. Livre dos Industriais pelo Frio e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química — Alteração salarial e outras	1000
— CCT entre a ANIBAVE — Assoc. Nacional dos Industriais de Barro Vermelho e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial e outras	1001
— CCT entre a Assoc. dos Industriais Transformadores de Vidro Plano de Portugal e o SINDIVIDRO — Sind. Democrático dos Vidreiros e outro — Alteração salarial e outra	1002
— CCT entre a Assoc. Comercial da Guarda e outras e o Sind. dos Profissionais de Escritório e Comércio do Dist. da Guarda — Alteração salarial e outra	1005
— CCT entre a União das Assoc. do Comércio Retalhista do Dist. de Santarém e o Sind. dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Dist. de Santarém — Alteração salarial e outras	1005
— CCT entre a Assoc. dos Comerciantes do Porto e o SETN — Sind. dos Engenheiros Técnicos — Alteração salarial	1007
— CCT entre a APED — Assoc. Portuguesa de Empresas de Distribuição e a FEPCES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outros — Alteração salarial e outras	1008
— CCT entre a Assoc. dos Hotéis do Norte de Portugal e outras e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros — Alteração salarial e outras	1010



SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
 ACT — Acordo colectivo de trabalho.
 PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
 PE — Portaria de extensão.
 CT — Comissão técnica.
 DA — Decisão arbitral.
 AE — Acordo de empresa.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
 Assoc. — Associação.
 Sind. — Sindicato.
 Ind. — Indústria.
 Dist. — Distrito.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

PORTARIAS DE EXTENSÃO

PE das alterações aos CCT (administrativos) entre a ANCIPA — Assoc. Nacional de Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares (divisão de confeitaria) e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e entre a mesma associação patronal e a FEPCE — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outra.

As alterações dos contratos colectivos de trabalho celebrados entre a ANCIPA — Associação Nacional dos Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares (divisão de confeitaria) e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e entre a mesma associação patronal e a FEPCE — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outra, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 18 e 19, de 15 e 22 de Maio, ambos de 1996, abrangem as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações que as outorgaram.

Mostrando-se conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional previstos nas convenções, procede-se à emissão da respectiva portaria de extensão.

No entanto, a presente portaria é apenas aplicável no território do continente, tendo em consideração que a extensão de convenções colectivas nas Regiões Autónomas compete aos respectivos Governos Regionais, nos termos do Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 365/89, de 19 de Outubro.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 19, de 22 de Maio de 1996, à qual não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-CI/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações dos contratos colectivos de trabalho celebrados entre a

ANCIPA — Associação Nacional dos Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares (divisão de confeitaria) e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e entre a mesma associação patronal e a FEPCE — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outra, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 18 e 19, de 15 e 22 de Maio, ambos de 1996, são estendidas, no território do continente:

- As relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a actividade económica abrangida pelas convenções e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;
- As relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções não representados pelas associações sindicais signatárias.

2 — Não são objecto da extensão determinada no número anterior as cláusulas que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — As tabelas salariais das convenções produzem efeitos desde 1 de Maio de 1996, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas em até três prestações mensais de igual valor, com início no mês seguinte à entrada em vigor da presente portaria.

Ministério para a Qualificação e o Emprego, 4 de Julho de 1996. — O Secretário de Estado do Trabalho, António de Lemos Monteiro Fernandes.

PE das alterações ao CCT entre a APIV — Assoc. Portuguesa dos Industriais de Vestuário e o SINDETEX — Sind. Democrático dos Têxteis e outros

As alterações ao contrato colectivo de trabalho celebrado entre a APIV — Associação Portuguesa dos Industriais de Vestuário e o SINDETEX — Sindicato Democrático dos Têxteis e outros, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 13, de 8 de Abril de 1996, abrangem as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores filiados nas associações que as outorgaram.

Mostrando-se conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional previstos na convenção, procede-se à emissão da respectiva portaria de extensão.

No entanto, a presente portaria é apenas aplicável nos distritos de Castelo Branco, Leiria, Santarém, Lisboa, Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro, em virtude de nos restantes distritos do continente as relações de trabalho no sector de actividade em causa estarem abrangidas por outra convenção colectiva de trabalho.

Também foi tido em consideração que a extensão de convenções colectivas nas Regiões Autónomas compete aos respectivos Governos Regionais, nos termos do Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 365/89, de 19 de Outubro.

O aviso relativo à presente extensão foi publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 16, de 29 de Abril de 1996, na sequência do qual várias associações sindicais deduziram oposição.

Em causa estava, numa das oposições, a salvaguarda de regulamentação colectiva específica, o que já decorre, em princípio, da lei e é confirmado na presente portaria; na outra oposição pretendia-se que a extensão abrangesse todos os distritos do continente, o que não se afigura conveniente, dado que nos distritos não referidos no aviso vigora outra convenção colectiva, cujas condições de trabalho têm sido diferentes, nomeadamente em matéria de duração do trabalho e de remunerações dos grupos profissionais mais representativos.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações ao contrato colectivo de trabalho celebrado entre a

APIV — Associação Portuguesa dos Industriais de Vestuário e o SINDETEX — Sindicato Democrático dos Têxteis e outros, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 13, de 8 de Abril de 1996, são estendidas:

- a) Nos distritos de Castelo Branco, Leiria, Santarém, Lisboa, Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro, às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a actividade económica regulada e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante, independentemente do distrito do continente onde se localizem, e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não representados pelas associações sindicais signatárias.

2 — A presente portaria não se aplica às relações de trabalho tituladas por trabalhadores filiados em sindicatos representados pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal.

3 — Não são objecto da extensão determinada no n.º 1 as disposições da convenção que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — A tabela salarial da convenção produz efeitos desde 1 de Abril de 1996, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas em até quatro prestações mensais de igual valor, com início no mês seguinte à entrada em vigor da presente portaria.

Ministério para a Qualificação e o Emprego, 4 de Julho de 1996. — O Secretário de Estado do Trabalho, António de Lemos Monteiro Fernandes.

PE das alterações ao CCT entre a APIGTP — Assoc. Portuguesa das Ind. Gráficas e Transformadoras do Papel e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outros.

As alterações do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a APIGTP — Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas e Transformadoras do Papel, e a FETI-

CEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outros, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série,

n.º 18, de 15 de Maio de 1996, abrangem as relações de trabalho entre as entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações que as outorgaram.

Mostrando-se conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional previstos na convenção, procede-se à emissão da respectiva portaria de extensão.

No entanto, a presente portaria é apenas aplicável no território do continente, tendo em consideração que a extensão de convenções colectivas nas Regiões Autónomas compete aos respectivos Governos Regionais, nos termos do Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 365/89, de 19 de Outubro.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 18, de 15 de Maio de 1996, na sequência do qual várias associações sindicais deduziram oposição, pretendendo a salvaguarda da regulamentação colectiva específica. Essa exclusão já decorre, em princípio, da lei e é confirmada na presente portaria.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-CI/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a APIG-TP — Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas e Transformadoras do Papel e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outros, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 18, de 15 de Maio de 1996, são estendidas, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;

- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não representados pelas associações sindicais outorgantes.

2 — A presente portaria não se aplica às relações de trabalho tituladas por trabalhadores representados pela Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, pela FSTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, pela FESHOT — Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal, pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção, pela FEQUIFA — Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás, pela FSTIEP — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal, pela FSMMP — Federação dos Sindicatos da Metalúrgica, Metalomecânica e Minas de Portugal, pelo Sindicato dos Quadros e Técnicos de Desenho, pelo Sindicato dos Trabalhadores do Calçado, Malas, Componentes e Ofícios Afins do Distrito do Porto e pelo Sindicato do Calçado, Malas e Afins, Componentes, Formas e Curtumes do Minho e Trás-os-Montes.

3 — Não são objecto da extensão determinada no n.º 1 as cláusulas que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — A tabela salarial da convenção produz efeitos desde 1 de Maio de 1996, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas em até três prestações mensais de igual valor, com início no mês seguinte ao da entrada em vigor da presente portaria.

Ministério para a Qualificação e o Emprego, 5 de Julho de 1996. — O Secretário de Estado do Trabalho, António de Lemos Monteiro Fernandes.

Aviso para PE das alterações aos CCT (pessoal fabril — Norte) entre a AIBA — Assoc. dos Industriais de Bolachas e Afins e outra e o Sind. Nacional dos Operários Confeiteiros e Ofícios Correlativos do Dist. do Porto e entre as mesmas associações patronais e a FSIABT — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos.

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-CI/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão das alterações dos contratos colectivos de trabalho mencionados em título, publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 21 e 25, de 8 de Junho e 8 de Julho, ambos de 1996.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará as convenções extensivas, nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a actividade económica abrangida pelas convenções (indústria de bolachas e chocolates) e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções não representados pelas associações sindicais signatárias.

Aviso para PE das alterações salariais aos CCT entre a AÇOMEFER — Assoc. Portuguesa dos Grosistas de Aços, Metais e Ferramentas e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio e outros e entre a Assoc. Portuguesa de Comerciantes de Materiais de Construção e a referida associação sindical e outros.

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão das alterações salariais dos contratos colectivos de trabalho mencionados em título, publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 25 e 26, de 8 e 15 de Julho de 1996.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará as convenções extensivas no território do continente:

- Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a actividade económica abrangida pelas convenções e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;
- Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções não representados pelas associações sindicais signatárias.

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CCT entre a ANIL — Assoc. Nacional dos Industriais de Lacticínios e várias cooperativas de produtores de leite e a FEPES — Feder. dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços — Alteração salarial e outras.

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

O presente CCT abrange, por um lado, as empresas singulares ou colectivas representadas pela ANIL — Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios, pela AGROS — União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, U. C. R. L., e pela cooperativa signatária e, por outro lado, os profissionais de lacticínios ao seu serviço representados pelas associações sindicais outorgantes.

Cláusula 2.ª

Vigência e denúncia

1 —

2 — A tabela salarial, diuturnidades e abono para faltas produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996.

Cláusula 19.ª

Diuturnidades

As retribuições mínimas estabelecidas neste contrato será acrescida uma diuturnidade de 2450\$ por cada três anos de permanência em categorias sem acesso obrigatório, até ao limite de cinco diuturnidades.

Cláusula 22.ª

Abono para faltas

1 — Os trabalhadores que exerçam funções de caixa e cobrador têm direito a um abono para faltas de 1800\$.

2 — Sempre que os trabalhadores referidos no número anterior sejam substituídos, terão direito ao abono na proporção do tempo de substituição, enquanto esta durar.

Disposição final

Mantêm-se em vigor as disposições constantes do CCT e revisões seguintes, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 10/76, 22/77, 37/78, 8/81, 19/82, 22/83, 22/84, 22/85, 22/86, 22/87, 13/89, 13/90, 11/92, 14/94 e 15/95, que não foram objecto de alteração na presente revisão.

ANEXO II

Tabela de remunerações mínimas

Grupo	Categorias	Remunerações
1	Director de serviços	118 700\$00
	Chefe de escritório	
	Chefe de vendas	

Porto, 17 de Maio de 1996.

Pela ANIL — Associação Nacional dos Industriais de Laticínios:
(Assinatura ilegível.)

Pela AGROS — União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, U. C. R. L.:
(Assinatura ilegível.)

Pela PROLEITE — Cooperativa Agrícola de Produtores de Leite do Oeste Litoral, C. R. L.:
(Assinatura ilegível.)

Pela FEPCEC — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:
(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPCEC — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros da Horta;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas, Profissões Similares e Actividades Diversas;
Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria.

Pela Comissão Executiva da Direcção Nacional, (Assinatura ilegível.)

Entrado em 8 de Julho de 1996.

Depositado em 10 de Julho de 1996, a fl. 17 do livro n.º 8, com o n.º 291/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C/79, na sua redacção actual.

Grupos	Categorias	Remunerações
II	Chefe de departamento	108 700\$00
	Chefe de divisão	
	Chefe de serviços	
	Contabilista	
	Inspector de vendas	
III	Chefe de secção	94 400\$00
	Guarda-livros	
	Tesoureiro	
	Caixeiro-encarregado	
IV	Programador	84 400\$00
	Correspondente em línguas estrangeiras	
	Empregado-viajante	
	Operador de computador	
	Pracista	
	Prospector de vendas	
	Vendedor especializado	
	Caixeiro-chefe de secção	
V	Encarregado de armazém	83 100\$00
	Vendedor de autovenda	
	Primeiro-escriturário	
	Operador mecanográfico	
	Caixa	
	Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras	
VI	Primeiro-caixeiro	77 500\$00
	Ajudante de encarregado de armazém	
	Fiel de armazém	
	Segundo-escriturário	
	Cobrador	
	Perfurador-verificador	
	Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa	
VII	Demonstrador	73 200\$00
	Segundo-caixeiro	
	Caixeiro de balcão	
	Ajudante de fiel de armazém	
	Terceiro-escriturário	
	Operador de máquinas de contabilidade	
	Telefonista	
VIII	Recepcionista	67 400\$00
	Terceiro-caixeiro	
	Empilhador	
	Embalador	
	Distribuidor	
	Conferente	
IX	Caixeiro-ajudante	63 200\$00
	Contínuo	
	Porteiro	
	Guarda	
	Etiquetador	
	Rotulador	
X	Auxiliar/servente de armazém	58 900\$00
	Dactilógrafo do 3.º ano	
XI	Estagiário do 3.º ano	56 400\$00
	Dactilógrafo do 2.º ano	
	Praticante	
XII	Estagiário do 2.º ano	53 600\$00
	Dactilógrafo do 1.º ano	
	Servente de limpeza	
XIII	Paquete	41 800\$00
	Aprendiz	

CCT entre a ANCAVE — Assoc. Nacional dos Centros de Abate e Ind. Transformadoras de Carne de Aves e a FEPCES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços — Alteração salarial e outras.

O CCT entre a Associação Nacional dos Centros de Abate e Indústrias Transformadoras de Carne de Aves e a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 3, de 22 de Janeiro de 1980, e alterações no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 12, de 29 de Março de 1981, 46, de 15 de Dezembro de 1982, 22, de 15 de Junho de 1984, 24, de 29 de Junho de 1985, 24, de 29 de Junho de 1986, 24, de 29 de Junho de 1987, 24, de 29 de Junho de 1988, 23, de 26 de Junho de 1989, 22, de 15 de Junho de 1990, 21, de 8 de Junho de 1991, 20, de 29 de Maio de 1992, 29, de 8 de Agosto de 1994, e 28, de 29 de Julho de 1995, é revisto da forma seguinte:

Cláusula 2.ª

Vigência e denúncia

1 —

2 — A tabela salarial constante do anexo II e as cláusulas de expressão pecuniária produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996.

Cláusula 37.ª

Retribuição dos trabalhadores

1 — As entidades patronais obrigam-se a pagar aos trabalhadores deslocados em serviço as seguintes importâncias:

a):

Pequeno-almoço — 350\$;
Diária completa — 4700\$;
Dormida com pequeno-almoço — 2685\$;
Almoço ou jantar — 1530\$;
Ceia — 765\$;

ou, se a empresa o preferir, o pagamento dessas despesas contra a apresentação dos respectivos documentos comprovativos.

2 —

ANEXO II

Tabela salarial

Grupos	Categorias	Remunerações
1	Chefe de escritório Contabilista	105 650\$00
2	Chefe de departamento Chefe de serviços Programador	97 750\$00
3	Chefe de secção Guarda-livros	91 150\$00

Grupos	Categorias	Remunerações
4	Escriturário principal	84 000\$00
5	Caixa Primeiro-escriturário Operador mecanográfico	77 500\$00
6	Operador de máquinas de contabilidade Segundo-escriturário	69 500\$00
7	Terceiro-escriturário Perfurador-verificador Telefonista de 1.ª	62 000\$00
8	Telefonista de 2.ª	56 650\$00
9	Estagiário dactilógrafo Guarda Porteiro	55 650\$00
10	Paquete	41 800\$00

Nota. — As demais matérias não objecto de revisão mantêm-se com a redacção actual.

Lisboa, 21 de Junho de 1996.

Pela ANCAVE — Associação Nacional dos Centros de Aves e Indústrias Transformadoras de Carne de Aves:

(Assinatura ilegível.)

Pela FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;

Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros da Horta;
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
 Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
 Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas, Profissões Similares e Actividades Diversas;

Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria.

Pela Comissão Executiva da Direcção Nacional, *Maria Leonor Mesquita*.

Entrado em 25 de Junho de 1996.

Depositado em 10 de Julho de 1996, a fl. 16 do livro n.º 8, com o n.º 284/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a AIT — Assoc. dos Industriais de Tomate e o SETAA — Sind. da Agricultura, Alimentação e Florestas — Alteração salarial e outras

CAPÍTULO I

Área, âmbito, vigência, denúncia e revisão

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

- 1 —
 2 —

Cláusula 2.ª

Vigência, denúncia e revisão

- 1 —
 2 —
 3 —
 4 —

CAPÍTULO II

Admissão e carreira profissional

CAPÍTULO III

Direitos e deveres das partes

CAPÍTULO IV

Prestação do trabalho

CAPÍTULO V

Retribuição do trabalho

Cláusula 28.ª

Retribuição

- 1 —
 2 —
 3 —
 4 — Os trabalhadores que exercem, e enquanto exerçam, funções de pagamento ou recebimento têm direito a um abono mensal para falhas de 4100\$.
 5 —
 6 —

Cláusula 28.ª-A

Diuturnidades

- 1 —
 2 —

- 3 —
 4 —
 5 —

6 — Os valores da 1.ª e 2.ª diuturnidades são, respectivamente, de 4000\$ e 3500\$, produzindo efeitos desde 1 de Janeiro de 1996.

- 7 —

Cláusula 29.ª

Tempo e forma de pagamento

- 1 —
 2 —
 3 —
 4 —

Cláusula 30.ª

Remuneração de trabalho nocturno

.....

Cláusula 31.ª

Remuneração de trabalho extraordinário

.....

Cláusula 32.ª

Remuneração de trabalho em dia de descanso semanal e feriado

- 1 —
 2 —
 3 —

Cláusula 33.ª

13.º mês

- 1 —
 2 —
 3 —
 4 —
 5 —
 6 —

CAPÍTULO VI

Suspensão da prestação de trabalho, descanso semanal e feriados

.....

CAPÍTULO VII

Cessação do contrato de trabalho

.....

CAPÍTULO VIII

Disciplina

.....

CAPÍTULO IX

Condições particulares de trabalho

Cláusula 61.ª

Protecção da maternidade e paternidade

1 — Além do estipulado no presente CCT para a generalidade dos trabalhadores por ele abrangidos, são assegurados aos trabalhadores, enquanto mães e ou pais, os direitos previstos na Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 17/95, de 9 de Junho, nomeadamente os a seguir mencionados, sem prejuízo, em qualquer caso, da garantia do lugar, do período de férias ou de qualquer outro benefício concedido pela empresa:

- a)
 b) Por ocasião do parto, as trabalhadoras têm direito a uma licença de 98 dias, 60 dos quais necessariamente a seguir ao parto, podendo os restantes 38 dias ser utilizados antes ou depois do parto, os quais não poderão ser descontados para quaisquer efeitos. Em caso de aborto ou de parto de feto-morto, a mulher tem direito a uma licença com a duração mínima de 20 dias e máxima de 30 dias;
 c)
 d)
 e) Em caso de hospitalização do recém-nascido, no período abrangido pela licença de maternidade, esta poderá ser interrompida até à data em que cesse o internamento e retomada a partir de então, até final do período.

- 2 —
 3 —

4 — O pai tem direito a uma licença pelo mesmo tempo a que a mãe ainda teria direito após o parto nos seguintes casos:

- a) Incapacidade física ou psíquica da mãe e enquanto esta se mantiver;
 b) Morte da mãe;
 c) Decisão conjunta dos pais.

5 — A mãe trabalhadora que comprovadamente (através de atestado médico) amamenta o seu filho será dispensada, em cada dia de trabalho, por dois períodos distintos de duração até uma hora para esse efeito, enquanto a situação se mantiver e até o filho perfazer um ano de idade.

Cláusula 62.^a

Direitos dos trabalhadores menores

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —

CAPÍTULO X

Trabalho fora do local habitual

CAPÍTULO XI

Segurança social e outras regalias sociais

Cláusula 67.^a

Princípio geral

As entidades patronais e os trabalhadores ao seu serviço abrangidos por este CCT contribuirão para as instituições de segurança social que obrigatoriamente os abranjam, nos termos da lei.

Cláusula 67.^a

Complemento de subsídio de doença ou acidente

Cláusula 68.^a

Complemento de pensões de invalidez

- 1 —
- 2 —
- 3 —

Cláusula 69.^a

Complemento de pensão de reforma

Cláusula 70.^a

Refeitório, subsídio de alimentação e cantina

- 1 —

2 — As empresas participarão com uma importância de 400\$ por cada refeição servida no refeitório, que será gerido pelos trabalhadores. Este serviço não integra gastos com pessoal, equipamento e seu funcionamento.

3 — As empresas que não possuam refeitório atribuirão a todos os trabalhadores um subsídio diário de 700\$.

- 4 —
- 5 —
- 6 —
- 7 —

Cláusula 71.^a

Infantário para filhos dos trabalhadores

Cláusula 72.^a

Instalações para os trabalhadores eventuais ou de campanha

Cláusula 73.^a

Trabalhadores-estudantes

1 — A entidade patronal concederá a todos os trabalhadores que frequentem cursos oficiais, oficializados ou legalmente equiparados os seguintes direitos:

- a)
- b)
- c)
- d)
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —

CAPÍTULO XII

Segurança, higiene e saúde no trabalho

Cláusula 74.^a

Princípios gerais

1 — As empresas instalarão o seu pessoal em boas condições de higiene e deverão prover os locais de trabalho com os indispensáveis requisitos de segurança, cumprindo e fazendo cumprir as disposições legais sobre a matéria, nomeadamente o previsto nos Decretos-Lei n.º 441/91, de 14 de Dezembro, e 26/94, de 1 de Fevereiro, e Lei n.º 7/95, de 29 de Março.

2 — Nas empresas com 50 ou mais trabalhadores permanentes ao serviço, haverá uma comissão de higiene, segurança e saúde composta por quatro elementos, sendo dois representantes da entidade patronal e dois dos trabalhadores.

Cláusula 75.*

Atribuições da comissão de higiene, segurança e saúde

A comissão de higiene e segurança terá, designadamente, as seguintes atribuições:

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)

Cláusula 76.*

Reuniões da comissão

- 1 —
- 2 —
- 3 —

Cláusula 77.*

Encarregado de segurança

- 1 —
- 2 —
- a)
- b)
- c)
- d)
- 3 —

Cláusula 78.*

Deveres especiais das empresas

A entidade patronal deve:

- a)
- b)
- c)
- d)

Cláusula 79.*

Formação dos trabalhadores

Os trabalhadores devem receber uma formação adequada e suficiente no domínio da segurança, higiene e saúde no trabalho, tendo em conta as respectivas funções e o posto de trabalho.

Cláusula 80.*

Equipamento individual

Pela entidade patronal devem ser distribuídos aos trabalhadores fatos de trabalho, capacetes, luvas, cintos de segurança, máscaras, botas e impermeáveis, sempre que a execução das tarefas a desempenhar o aconselhe.

CAPÍTULO XIII

Livre exercício do direito à actividade sindical

Cláusula 81.*

Direito à actividade sindical na empresa

Os trabalhadores e os sindicatos têm direito a desenvolver actividade sindical no interior da empresa, nomeadamente através de delegados sindicais e comissões sindicais e intersindical de empresa, nos termos da legislação vigente.

Cláusula 82.*

Direito de reunião

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —

Cláusula 83.*

Instalações para delegados e comissões sindicais e intersindicais de empresa

- 1 —
- 2 —

Cláusula 84.*

Direitos dos delegados sindicais de empresa

- 1 —
- 2 —

Cláusula 85.*

Constituição das comissões sindicais

- 1 —
- 2 —
- a)
- b)
- c)
- d)
- e)

3 —

4 —

5 — Nas empresas a que se refere a alínea a) do n.º 2, e seja qual for o número de trabalhadores sindicalizados ao serviço, haverá sempre um delegado sindical, com direito ao crédito de horas previsto no n.º 1 da cláusula 90.ª

6 —

Cláusula 86.ª

Reuniões com a entidade patronal

1 —

2 —

3 —

4 —

Cláusula 87.ª

Crédito de horas

1 —

2 — a)

b)

c)

3 —

4 —

CAPÍTULO XIV

Relações entre as partes outorgantes deste contrato

Cláusula 88.ª

Comissão paritária

1 —

2 —

3 —

4 —

5 —

6 —

7 —

CAPÍTULO XV

Disposições gerais e transitórias

Cláusula 89.ª

Produção de efeitos

A tabela salarial e as cláusulas de expressão pecuniária produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996.

Cláusula 90.ª

Trabalho fora de campanha

1 —

2 —

Cláusula 91.ª

Casos omissos

1 — Todos os casos omissos neste contrato serão regidos pelas leis gerais do trabalho.

2 — Os casos omissos referentes a categorias profissionais que já tenham constado de contratação colectiva anterior reger-se-ão pelo recurso ao aí previsto quanto à definição de funções, acesso e enquadramento na tabela salarial.

Cláusula 92.ª

Quadros de pessoal

As empresas obrigam-se a elaborar relações nominais dos trabalhadores ao seu serviço, nos termos da legislação sobre a matéria de vigor.

Cláusula 93.ª

Garantia de manutenção de regalias

Da aplicação da presente convenção colectiva não poderão resultar quaisquer prejuízos para os trabalhadores, designadamente baixa de categoria ou classe e, bem assim, a diminuição de retribuição.

Cláusula 97.ª

Carácter globalmente mais favorável

Sem prejuízo da manutenção de condições mais favoráveis adquiridas individualmente por cada trabalhador na empresa em que labora, o regime jurídico estabelecido neste CCT é considerado globalmente mais favorável que os instrumentos de regulamentação colectiva aplicáveis ao sector à data da sua entrada em vigor.

ANEXO I

Condições específicas

ANEXO II

Categorias profissionais e definição de funções

ANEXO III

Remunerações mínimas mensais

Tabela salarial

Níveis	Remunerações mínimas mensais
0:	
A	222 600\$00
B	184 500\$00
C	161 000\$00
D	140 000\$00
1	112 400\$00
2	103 500\$00
3	95 800\$00
4	86 200\$00
5	81 700\$00

Níveis	Remunerações mínimas mensais
6	76 800\$00
7	72 100\$00
8	67 600\$00
9	61 700\$00
10	57 100\$00
11	55 600\$00
12	42 900\$00
13	41 700\$00
14	41 500\$00

Lisboa, 29 de Fevereiro de 1996.

Pela AIT — Associação dos Industriais de Tomate:

Miguel Canbezzer

Pelo SETAA — Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas:

Joaquim Vendício

Entrado em 8 de Julho de 1996.

Depositado em 10 de Julho de 1996, a fl. 17 do livro n.º 8, com o n.º 286/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a ALIF — Assoc. Livre dos Industriais pelo Frio e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química — Alteração salarial e outras

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

O presente CCT aplica-se às empresas representadas pela Associação Livre dos Industriais pelo Frio que se dediquem às indústrias de congelação, transformação e conservação de produtos alimentares pelo frio e aos trabalhadores ao seu serviço representados pelos sindicatos outorgantes.

Cláusula 2.ª

Vigência do contrato

1 — A tabela de retribuição e demais cláusulas de expressão pecuniária terão efeitos a partir de 1 de Abril de 1996.

Cláusula 28.ª

Subsídio de frio

Os trabalhadores que exerçam a sua actividade nas câmaras frigoríficas terão direito a um subsídio mensal de 3900\$.

Cláusula 30.ª

Ajudas de custo

1 —

2 —

Pequeno-almoço — 280\$;

Almoço ou jantar — 1185\$;

Ceia — 570\$;

Dormida — contra a apresentação de documento.

ANEXO II
Tabela salarial

Níveis	Remunerações
I	96 350\$00
II	83 350\$00
III	71 250\$00
IV	68 950\$00
V	64 550\$00
VI	64 200\$00
VII	56 500\$00
VIII-A	55 000\$00
VIII	53 450\$00
IX	41 550\$00
X	40 950\$00

(VIII-A — praticante com mais de 18 anos.)

Lisboa, 31 de Maio de 1996.

Pela ALIF — Associação Livre das Indústrias pelo Frio
(Assinatura ilegível.)

Pela FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química;
Adel Luís Cordeiro Avel.

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química representa a seguinte associação sindical:

SINDEQ — Sindicato Democrático da Energia, Química e Indústrias Diversas.

Lisboa, 29 de Maio de 1996. — Pelo Secretariado, (Assinatura ilegível.)

Entrado em 12 de Junho de 1996.

Depositado em 10 de Julho de 1996, a fl. 17 do livro n.º 8, com o n.º 285/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

**CCT entre a ANIBAVE — Assoc. Nacional dos Industriais do Barro Vermelho e a FETESE
Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial e outras**

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

O presente CCT obriga, por um lado, todas as empresas que se dedicam à actividade de cerâmica de barro vermelho e grês para a construção civil em toda a área nacional e representadas pela associação patronal outorgante e, por outro, todos os trabalhadores ao seu serviço, qualquer que seja o local de trabalho, representados pelas associações sindicais signatárias.

Cláusula 2.ª

Vigência

1, 2 e 3 —

4 — A tabela salarial produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996.

Cláusula 33.ª

Diuturnidades

1 — Todos os trabalhadores abrangidos por este CCT têm direito a uma diuturnidade de 1750\$ por cada três anos

de permanência em categoria profissional sem acesso obrigatório, até ao limite de quatro diuturnidades.

Cláusula 33.ª-A

Subsídio de refeição

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente CCT terão direito a um subsídio de refeição no valor de 540\$ por cada dia de trabalho efectivamente prestado.

ANEXO III

Tabela de remunerações certas mínimas

Grupos	Categorias profissionais	Remunerações
A-I	Chefe geral de serviços	128 300\$00
	Director administrativo	
	Director de serviços	
A	Analista de sistemas	116 550\$00
	Chefe de contabilidade	
	Chefe de departamento	

Grupos	Categorias profissionais	Remunerações
A	Chefe de escritório	116 550\$00
	Chefe de serviços	
	Técnico de contas	
B	Chefe de secção	106 050\$00
	Guarda-livros	
	Programador informático	
	Tesoureiro	
C	Escrutinário-principal	99 800\$00
	Operador de computador	
D	Caixa	93 650\$00
	Correspondente em línguas estrangeiras	
	Primeiro-escriturário	
E	Segundo-escriturário	85 100\$00
F	Cobrador	81 100\$00
G	Terceiro-escriturário	77 150\$00
H	Telefonista	75 400\$00
I	Contínuo	69 250\$00
	Ponteiro	
J	Dactilógrafo do 2.º ano	68 650\$00
	Estagiário do 2.º ano	

Grupos	Categorias profissionais	Remunerações
K	Dactilógrafo do 1.º ano	57 850\$00
	Estagiário do 1.º ano	
L	Paquete	44 100\$00

(a) Os trabalhadores que exerçam a função de caixa terão direito a um subsídio mensal de 2350\$ para folhas. Em caso de ausência do titular, o substituto receberá o referido subsídio em relação ao tempo que durar a substituição.

Lisboa, 6 de Março de 1996.

Pela ANIBAVE — Associação Nacional dos Industriais de Barro Vermelho:
(Assinatura legível)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços em representação dos seguintes sindicatos filiados:

SITENSE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;
STEIS — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Informática e Serviços da Região Sul;
SITEMAQ — Sindicato da Maquinagem e Máquinas da Indústria Mercante e Figueiras de Terra;
STESCB — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio de Braga;
SINDCESC-N — Sindicato Democrático de Comércio, Escritório e Serviços Centro-Norte;

António Maria Teixeira de Menezes Cordeiro.

Entrado em 21 de Maio de 1996.

Depositado em 10 de Julho de 1996, a fl. 17 do livro n.º 8, com o n.º 288/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C/79, na sua redacção actual.

CCT entre a Assoc. dos Industriais Transformadores de Vidro Plano de Portugal e o SINDIVIDRO Sind. Democrático dos Vidreiros e outros — Alteração salarial e outra

Cláusula prévia

Âmbito de revisão

1 — A presente revisão, com área e âmbito definidos na cláusula 1.ª, dá nova redacção às cláusulas e ao anexo II (tabelas salariais) seguintes.

2 — As matérias não contempladas na presente revisão continuam abrangidas pelas disposições contidas na convenção colectiva inicial, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 14, de 15 de Abril de 1985, 12, de 29 de Março de 1987, 12, de 29 de Março de 1988, 22, de 15 de Junho de 1989, 21, de 8 de Junho de 1990, 22, de 15 de Junho de 1991, 25, de 8 de Julho de 1992, 22, de 15 de Julho de 1994, e 21, de 8 de Junho de 1995.

3 — O regime constante da presente revisão parcial entende-se em relação às matérias nela contempladas globalmente mais favoráveis que o previsto nos instrumentos de regulamentação colectiva anteriores.

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

1 — O presente CCT obriga, por um lado, as empresas do continente e Regiões Autónomas representadas pela Associação dos Industriais Transformadores de Vidro Plano de Portugal e, por outro, todos os trabalhadores ao serviço dessas empresas, qualquer que seja a categoria profissional atribuída, desde que representados pelas organizações sindicais outorgantes.

Cláusula 18.ª

Produção de efeitos

1 — Por acordo das partes, as tabelas salariais constantes deste CCT produzem efeitos nos termos referidos no anexo ii (tabelas salariais).

Cláusula 19.ª-A

Subsídio de alimentação

1 — Os trabalhadores terão direito a um subsídio de alimentação no valor de 415\$ por dia de trabalho, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996, e 430\$, a partir de 1 de Setembro de 1996.

ANEXO II

Tabelas salariais

I — Tabela geral do SINDIVIDRO

Grupo	Categoria	Remunerações	
		De 1 de Janeiro de 1996 a 31 de Agosto de 1996	A partir de 1 de Setembro de 1996
I	Encarregado geral	128 800\$00	130 100\$00
II	Analista principal	102 000\$00	103 000\$00
	Caixeiro encarregado		
	Chefe de secção		
	Comprador		
	Encarregado		
	Medidor orçamentista		
III	Medidor	98 700\$00	99 700\$00
	Subencarregado		
IV	Afinador de máquinas	97 000\$00	98 000\$00
	Biselador ou lapidador		
	Biselador de vidro branco		
	Caixeiro com mais de três anos		
	Carpinteiro de limpos		
	Colocador de vidro auto		
	Colocador de vidro plano		
	Cortador de chapa de vidro ou bancada		
	Desenhador		
	Encarregado de caixotaria		
	Encarregado de embalagem		
	Espelhador		
	Foscador artístico de areia de vidro plano		
	Gravador artístico de ácido		
	Gravador à roda (chapa de vidro)		
	Maçaqueiro		
	Moldureiro ou dourador		
	Montador-afinador		
	Montador de caixilhos de alumínio		
	Motorista de pesados		
	Oficial electricista com mais de três anos		
	Operador-afinador de máquinas automáticas de serigrafia		
	Operador de fornos de tempera de vidro		

Grupo	Categoria	Remunerações	
		De 1 de Janeiro de 1996 a 31 de Agosto de 1996	A partir de 1 de Setembro de 1996
IV	Operador de máquinas de fazer arestas ou bisel	97 000\$00	98 000\$00
	Operador de máquinas de vidro duplo		
	Polidor metalúrgico de 1.ª		
	Serralheiro civil de 1.ª		
	Serralheiro de caixilhos de alumínio		
	Serralheiro mecânico de 1.ª		
	Torneiro mecânico de 1.ª		
V	Agente de serviços de planeamento e armazém A	93 500\$00	94 500\$00
	Caixeiro de dois até três anos		
	Carpinteiro		
	Lubrificador de máquinas de 1.ª		
	Montador de aquírios		
	Motorista de ligeiros		
	Oficial electricista com menos de três anos		
	Operador de máquinas de balanceamento de 1.ª		
	Operador de máquinas de fazer arestas e polir		
	Pedreiro ou trolha		
VI	Apontador-conferente	92 100\$00	93 000\$00
	Apontador de obra		
	Arrumador de chapa		
	Caixoteiro		
	Carregador de chapa		
	Cozinheiro A		
	Embalador (chapa)		
	Fiel de armazém (chapa de vidro)		
	Serralheiro civil de 2.ª	90 800\$00	91 800\$00
	Serralheiro mecânico de 2.ª		
	Torneiro mecânico de 2.ª		
VII	Agente de serviços de planeamento de armazém B	90 800\$00	91 800\$00
	Pintor à pistola		
	Polidor de espelhagem		
	Polidor de vidro plano	89 400\$00	90 300\$00
VIII	Ajudante de montador-afinador		
	Ajudante de operador de fornos de tempera		
	Condutor de máquinas industriais		
	Cozinheiro B		
	Lubrificador de máquinas de 2.ª		
	Operador de máquinas de balanceamento de 2.ª	87 400\$00	88 300\$00
IX	Agente de serviços de prevenção e riscos profissionais		
	Caixeiro até dois anos		
	Caixa de balcão		
	Montador de aquírios B		
	Montador de espelhos electricificados	86 200\$00	87 100\$00
	Serralheiro civil de 3.ª		
	Serralheiro mecânico de 3.ª		
	Torneiro mecânico de 3.ª		
X	Ajudante de cozinheiro	86 200\$00	87 100\$00
	Ajudante de motorista		
	Cozinheiro C	84 400\$00	85 300\$00
XI	Ferramenteiro		
	Fiel de armazém		

Grupo	Categoria	Remunerações	
		De 1 de Janeiro de 1996 a 31 de Agosto de 1996	A partir de 1 de Setembro de 1996
XI	Foscador a areia (não artístico)	84 400\$00	85 300\$00
	Lubrificador de máquinas de 3. ^a		
XII	Operador de máquinas de balance	81 300\$00	82 200\$00
	Auxiliar de planeamento		
XIII	Montador de termos	80 200\$00	81 000\$00
	Preparador de termos		
XIV	Guarda	78 400\$00	79 200\$00
	Verificador de chapa de vidro		
XV	Auxiliar de armazém	76 600\$00	77 400\$00
	Ajudante de preparador de termos		
XVI	Operador de máquinas de lavar vidro	74 800\$00	75 600\$00
	Servente de carga		
XVII	Ahastecedor de carburante	72 800\$00	73 500\$00
	Ajudante de lubrificador		
XVIII	Operador de máquina ou mesa de serigrafia	74 800\$00	75 600\$00
	Servente		
XIX	Ajudante de cozinheiro	74 800\$00	75 600\$00
	Ajudante de operador de máquina de serigrafia		
XX	Ajudante de preparador de ocril	74 800\$00	75 600\$00
	Alimentador de máquinas		
XXI	Auxiliar de refeitório ou bar	72 800\$00	73 500\$00
	lavador		
XXII	Montador de candeeiros	72 800\$00	73 500\$00
	Verificador-embalador		

Tabela de praticantes, aprendizes e pré-oficiais

	Remunerações	
	De 1 de Janeiro de 1996 a 31 de Agosto de 1996	A partir de 1 de Setembro de 1996
Praticante geral:		
1. ^o ano	40 200\$00	40 700\$00
2. ^o ano	43 000\$00	43 500\$00
3. ^o ano	52 900\$00	53 400\$00
Praticante de montador de aquírios:		
Aprendiz geral	45 800\$00	46 280\$00
Com 15 anos	39 500\$00	39 900\$00
Com 17 anos	40 200\$00	40 700\$00

	Remunerações	
	De 1 de Janeiro de 1996 a 31 de Agosto de 1996	A partir de 1 de Setembro de 1996
Pré-oficial de colocador, biselador, espelhador, moldureiro ou dourador, cortador, operador de máquinas de fazer aresta ou bisel, operador de máquina de vidro duplo, serralheiro de caixilhos de alumínio e montador de caixilhos de alumínio:		
1. ^o ano	69 000\$00	69 800\$00
2. ^o ano	78 600\$00	79 500\$00
Polidor de vidro plano:		
1. ^o ano	64 600\$00	65 300\$00
2. ^o ano	73 600\$00	74 400\$00
Foscador artístico a areia de vidro plano:		
1. ^o ano	62 200\$00	62 900\$00
2. ^o ano	71 900\$00	72 700\$00
Operador de máquina de fazer aresta e polir:		
1. ^o ano	62 200\$00	62 900\$00
2. ^o ano	71 900\$00	72 700\$00
Montador de espelhos electrificados e de aquírios:		
1. ^o ano	56 000\$00	56 600\$00
2. ^o ano	64 700\$00	65 400\$00
Colocador de vidro auto	78 600\$00	79 500\$00

II — Tabela salarial para técnicos de vendas

Grupo	Categoria	Remunerações	
		De 1 de Janeiro de 1996 a 31 de Agosto de 1996	A partir de 1 de Setembro de 1996
I	Chefe de vendas	124 700\$00	125 900\$00
II	Inspector de vendas	111 000\$00	112 100\$00
III	Vendedor (viajante ou praticista)	104 500\$00	105 600\$00

Porto, 21 de Maio de 1996.

Pela Associação dos Industriais de Vidro Plano de Portugal:
(Assinatura ilegível.)

Pelo SINDVIDRO — Sindicato Democrático dos Vidreiros:
(Assinatura ilegível.)

Pelo STV — Sindicato dos Técnicos de Vendas:
(Assinatura ilegível.)

Entrado em 9 de Julho de 1996.

Depositado em 10 de Julho de 1996, a fl. 18 do livro n.º 8, com o n.º 292/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a Assoc. Comercial da Guarda e outras e o Sind. dos Profissionais de Escritório e Comércio do Dist. da Guarda — Alteração salarial e outra

Cláusula 2.ª

Vigência

3 — A tabela salarial e as cláusulas de expressão pecuniária produzirão efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996.

Cláusula 21.ª

Diuturnidades

1 — [...] diuturnidades no valor de 2520\$ [...]

Tabela salarial

Níveis	Remunerações
I	88 200\$00
II	83 600\$00
III	75 600\$00
IV	67 500\$00
V	61 800\$00

Níveis	Remunerações
VI	58 200\$00
VII	56 200\$00
VIII	450\$00/hora
IX	(a)
X	(a)
XI	(a)

(a) A estes níveis salariais aplicam-se as regras constantes do diploma legal que, em cada ano, aprova o salário mínimo nacional.

Guarda, 28 de Fevereiro de 1996.

Pela Associação Comercial da Guarda:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Comercial de Gouveia, Seia e Fornos de Algodres:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Comercial e Industrial do Conselho de Trancoso:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda:

(Assinaturas ilegíveis.)

Entrado em 18 de Junho de 1996.

Depositado em 2 de Julho de 1996, a fl. 16 do livro n.º 8, com o n.º 282/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a União das Assoc. do Comércio Retalhista do Dist. de Santarém e o Sind. dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Dist. de Santarém — Alteração salarial e outras

Acta final

Aos 9 dias do mês de Fevereiro de 1996, os signatários acordaram na revisão do contrato colectivo de trabalho para o sector do comércio retalhista do distrito de Santarém, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 40, de 29 de Outubro de 1982, e alterações posteriores, nos termos e condições seguintes:

Área e âmbito

O presente CCT obriga, por um lado, a União das Associações do Comércio Retalhista do Distrito de Santarém, em representação das seguintes associações: Associação Comercial de Santarém, Associação Comercial, Industrial e de Serviços dos Concelhos de Torres Novas, Entroncamento, Alcanena e Golegã, Associação Comercial dos Concelhos de Abrantes, Constância e Sardoal, ACISO — Associação do Comércio, Indústria e Serviços do Concelho de Ourém, Associação dos Comerciantes dos

Concelhos de Coruche e Salvaterra de Magos, Associação Comercial e Industrial de Rio Maior e Associação de Comerciantes e Industriais dos Concelhos de Tomar, Ferreira do Zêzere e Vila Nova da Barquinha, em representação das empresas suas associadas, e, por outro lado, os profissionais contidos nos níveis abaixo indicados ao seu serviço, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém.

Matéria acordada

Cláusula 2.ª

Vigência

1 — A tabela salarial e demais alterações constantes desta revisão produzem efeitos a 1 de Fevereiro de 1996.

Cláusula 20.ª

Diuturnidades

Os trabalhadores têm direito a uma diuturnidade no valor de 1300\$ por cada três anos de permanência em categoria sem acesso obrigatório, até ao limite de duas diuturnidades.

Cláusula 20.ª-A

Subsídio de refeição

1 — Os trabalhadores abrangidos por este contrato têm direito a um subsídio de refeição de 325\$ por cada dia completo de trabalho efectivamente prestado.

2 — (Mantém-se.)

Tabela salarial

Níveis	Categorias profissionais	Vencimento
I	Contabilista Director de serviços Gerente comercial Gerente de zona Inspector administrativo Analista de sistemas Chefe de departamento Chefe de divisão Chefe de escritório Chefe de serviços Guarda-livros Programador Técnico de compras	107 900\$00
II	Caixeiro-encarregado Encarregado electricista Encarregado de armazém Encarregado de loja Inspector de vendas Caixeiro-chefe de secção Chefe de secção Chefe de secção de loja Planeador de informática Programador mecanográfico Técnico de vendas	96 900\$00
III	Alcatifador de 1.ª Caixa Caixeiro-viajante Correspondente em língua estrangeira Escrevente-dactilógrafo em língua estrangeira Mecânico de máquinas de escritório de 1.ª Oficial electricista Oficial de relojoaria de 1.ª Operador de computador Operador especializado de supermercado Operador mecanográfico de 1.ª Planeador de informática (estagiário) Primeiro-caixeiro Primeiro-escriutário Promotor de vendas Secretário(a) de direcção Fiel de armazém	73 200\$00
IV	Alcatifador de 2.ª Controlador de informática Escrevente-dactilógrafo em língua portuguesa Mecânico de máquinas de escritório de 2.ª Oficial de relojoaria de 2.ª Operador de computador (estagiário) Operador de máquinas de contabilidade de 1.ª Operador mecanográfico de 2.ª	67 800\$00

Níveis	Categorias profissionais	Vencimento
IV	Operador de supermercado de 1.ª Perfurador-verificador de 1.ª Pré-oficial electricista do 3.º ano Segundo-caixeiro Segundo-escriutário Motorista	67 800\$00
V	Alcatifador de 3.ª Bordadora especializada Caixa de comércio Cobrador Controlador de informática (estagiário) Mecânico de máquinas de escritório de 3.ª Oficial de relojoaria de 3.ª Operador de máquinas de contabilidade de 2.ª Operador mecanográfico (estagiário) Operador de supermercado de 2.ª Operador-verificador de 2.ª Pré-oficial electricista do 2.º ano Pré-oficial de relojoaria do 2.º ano Terceiro-caixeiro Terceiro-escriutário	62 600\$00
VI	Alcatifador-ajudante do 3.º ano Caixeiro-ajudante do 3.º ano Contínuo Dactilógrafo de 1.ª Estagiário do 4.º ano Meio-oficial de relojoaria do 3.º ano Operador-ajudante de supermercado do 3.º ano Operador de máquinas de contabilidade (estagiário) Perfurador-verificador (estagiário) Praticante de mecânico de máquinas de escritório do 3.º ano Pré-oficial electricista do 1.º ano Telefonista de 1.ª	55 200\$00
VII	Alcatifador-ajudante do 2.º ano Bordadora Caixeiro-ajudante do 2.º ano Costureiro(a) Dactilógrafo de 2.ª Distribuidor Embalador Estagiário do 3.º ano Meio-oficial de relojoaria do 2.º ano Operador-ajudante de supermercado do 2.º ano Operador de máquinas de embalar Praticante de mecânico de máquinas de escritório do 2.º ano Servente Servente de limpeza Telefonista de 2.ª Vigilante	54 800\$00
VIII	Alcatifador-ajudante do 1.º ano Caixeiro-ajudante do 1.º ano Estagiário do 2.º ano Meio-oficial de relojoaria do 1.º ano Operador-ajudante de supermercado do 1.º ano Praticante de mecânico de máquinas de escritório do 1.º ano	54 600\$00
IX	Aprendiz de alcatifador (três anos) Aprendiz de electricista (três anos) Aprendiz de mecânico de máquinas de escritório (três anos) Aprendiz de relojoaria (três anos) Estagiária de bordadora (três anos) Estagiário(a) de costureiro(a) (três anos) Estagiário do 1.º ano Paquete de 17 anos Praticante do 3.º ano	41 500\$00

Nível	Categorias profissionais	Vencimento
X	Aprendiz de alcatifador (dois anos)	41 200\$00
	Aprendiz de electricista (dois anos)	
	Aprendiz de mecânico de máquinas de escritório (dois anos)	
	Aprendiz de rebojaria (dois anos)	
	Estagiária de bordadora (dois anos)	
	Estagiário(a) de costureiro(a) (dois anos) ...	
	Paquete de 16 anos	
	Praticante do 2.º ano	
XI	Aprendiz de alcatifador (um ano)	41 000\$00
	Aprendiz de electricista (um ano)	
	Aprendiz de mecânico de máquinas de escritório (um ano)	
	Aprendiz de rebojaria (um ano)	
	Estagiária de bordadora (um ano)	
	Estagiário(a) de costureiro(a) (um ano)	
	Paquete de 15 anos	
	Praticante do 1.º ano	

União das Associações do Comércio Retailista do Distrito de Santarém, em representação das seguintes associações:

Associação Comercial de Santarém;
Associação Comercial, Industrial e de Serviços dos Concelhos de Tornos, Nave, Evroncasemo, Alcanena e Golegã;
Associação Comercial e Serviços dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação;
ACISO — Associação do Comércio, Indústria e Serviços do Concelho de Ourém;
Associação dos Comerciantes dos Concelhos de Coruche e Salvaterra de Magos;
Associação Comercial e Industrial de Rio Maior;
Associação Comercial e Industrial dos Concelhos de Tomar, Fátima do Zêzere e Vila Nova de Banquilha;
(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém:

José António Marques.

Entrado em 7 de Junho de 1996.

Depositado em 10 de Julho de 1996, a fl. 17 do livro n.º 8, com o n.º 289/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a Assoc. dos Comerciantes do Porto e o SETN — Sind. dos Engenheiros Técnicos — Alteração salarial

Entre a Associação dos Comerciantes do Porto e o SETN — Sindicato dos Engenheiros Técnicos é acordado alterar a cláusula 47.ª e o anexo II, publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 21, de 8 de Junho de 1995, que passaram a ter a seguinte redacção:

CAPÍTULO XI

Disposições gerais e transitórias

Cláusula 47.ª

Vigência

A tabela estabelecida neste contrato e as cláusulas de natureza pecuniária produzem efeitos desde 1 de Maio de 1996.

ANEXO II

Remunerações mínimas para trabalhadores profissionais de engenharia

Profissionais de engenharia de grau 5	241 000\$00
Profissionais de engenharia de grau 4	209 000\$00
Profissionais de engenharia de grau 3 (a) ...	182 000\$00

Profissionais de engenharia de grau 2	147 000\$00
Profissionais de engenharia de grau 1C	115 500\$00
Profissionais de engenharia de grau 1B	105 000\$00
Profissionais de engenharia de grau 1A	94 500\$00

(a) Os profissionais de engenharia enquadrados neste grupo recebem mais 11 750\$00 no caso de exercerem funções de chefia num sector autónomo.

Nota. — Os profissionais de engenharia ligados aos sectores de vendas e que não auferam comissões terão a sua remuneração base acrescida de 16 750\$.

Porto, 24 de Maio de 1996.

Pela Associação dos Comerciantes do Porto:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SETN — Sindicato dos Engenheiros Técnicos:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 20 de Junho de 1996.

Depositado em 4 de Julho de 1996, a fl. 16 do livro n.º 8, com o n.º 283/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CAPÍTULO I

Área, âmbito e vigência

Cláusula 2.ª

Vigência e denúncia

1 —

2 — As tabelas salariais constantes dos anexos III, IV e V (desta revisão) produzem efeitos a partir de 1 de Março de 1996.

3 —

ANEXO III

Tabelas salariais

(de 1 de Março de 1996 a 28 de Fevereiro de 1997)

Nível	Tabela A	Tabela B	Tabela C
I	—	—	—
II	—	—	—
III	Remunerações no mínimo 20% acima do nível IV		
IV	160 000\$00	147 500\$00	140 100\$00
V	137 500\$00	127 000\$00	121 300\$00
VI	115 000\$00	105 000\$00	100 900\$00
VII	97 500\$00	90 100\$00	86 000\$00
VIII	85 000\$00	78 500\$00	74 600\$00
IX	78 000\$00	72 700\$00	67 600\$00
X	73 400\$00	67 500\$00	64 100\$00
XI	65 500\$00	60 100\$00	59 400\$00
XII	62 000\$00	57 800\$00	57 100\$00
XIII	57 300\$00	56 500\$00	55 900\$00

Tabela A. — É aplicável aos distritos do Porto, Lisboa e Setúbal.

Tabela B. — É aplicável aos distritos de Faro, Évora, Braga e Santarém.

Tabela C. — É aplicável aos restantes distritos.

ANEXO IV

Tabelas salariais

Cortadores

(De 1 de Março de 1996 a 28 de Fevereiro de 1997)

Nível	Tabela A	Tabela B	Tabela C
VI	137 500\$00	127 000\$00	121 300\$00
VII	115 000\$00	105 000\$00	100 900\$00
VIII	97 500\$00	90 100\$00	86 000\$00
IX	85 000\$00	78 500\$00	74 600\$00
X	78 000\$00	72 700\$00	67 600\$00
XI	—	—	—
XII	65 500\$00	60 100\$00	59 400\$00
XIII	62 000\$00	57 800\$00	57 100\$00

Tabela A. — É aplicável aos distritos do Porto, Lisboa e Setúbal.

Tabela B. — É aplicável aos distritos de Faro, Évora, Braga e Santarém.

Tabela C. — É aplicável aos restantes distritos.

Nota. — Em caso de acidente de trabalho de que resulte incapacidade de trabalho absoluta ou parcial, a entidade patronal pagará a diferença entre o subsídio de seguro e o ordenado líquido auferido pelo trabalhador à data do acidente, até ao limite de 90 dias por ano.

ANEXO V

Subsídio de alimentação

Âmbito geográfico		
Distritos da tabela A	Distritos da tabela B	Distritos da tabela C
550\$00	350\$00	300\$00

Nota final

1 — Todo o restante clausulado que não foi objecto de alteração mantém-se em vigor com as redacções constantes do CCT publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 12, de 29 de Março de 1994, e 27, de 27 de Julho de 1995.

2 — A presente nota final considera-se, para todos os efeitos, como fazendo parte integrante deste CCT.

Lisboa, 30 de Maio de 1996.

Pela APED — Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição:

(Assinatura ilegível)

Pela FEPDES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:

(Assinatura ilegível)

Pela FSIABT — Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabaco:

(Assinatura ilegível)

Pela FISTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos:

(Assinatura ilegível)

Pela FESHOT — Federação dos Sindicatos de Hoteleiros e Turismo de Portugal:

(Assinatura ilegível)

Pelo SQTQ — Sindicato dos Quadros e Técnicos de Desenho:

(Assinatura ilegível)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPDES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
 Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte;
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
 Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
 Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros da Horta;
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
 Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
 Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas, Profissões, Similares e Actividades Diversas;
 Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria.

Pela Comissão Executiva da Direcção Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FSIABT — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Norte;
 Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Distrito de Viseu;
 Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares da Beira Interior;
 Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentar do Centro, Sul e Ilhas;
 Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos.

E para que esta declaração produza os seus efeitos legais, vai ser assinada e autenticada com o selo branco em uso nesta Federação.

Lisboa, 29 de Maio de 1996. — Pela Direcção Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Declaração

A FSTRU — Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;
 Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;
 Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra;
 Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro;
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;
 Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa — TUL;
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Viana do Castelo;
 Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Viseu e Guarda;
 Sindicato dos Profissionais de Transportes, Turismo e Outros Serviços de Angra do Heroísmo.

Pela Comissão Executiva, *Vitor Pereira.*

Declaração

A FESHOT — Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal, declara para os devidos efeitos, que representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços de Angra do Heroísmo;
 Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve;
 Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro;
 Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares da Região Autónoma da Madeira;
 Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte;
 Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul.

Lisboa, 24 de Junho de 1996. — Pela Direcção Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Entrado em 4 de Junho de 1996.

Depositado em 10 de Julho de 1996, a fl. 17 do livro n.º 8, com o n.º 290/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a Assoc. dos Hotéis do Norte de Portugal e outras e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros — Alteração salarial e outras

O CCT para a indústria hoteleira e similares do Norte, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 23, de 22 de Junho de 1992, com as alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 23, de 22 de Junho de 1993, 23, de 22 de Junho de 1994, e 23, de 22 de Junho de 1995, passa a ter a seguinte redacção:

Cláusula 4.ª

Denúncia e revisão

- 1 —
- 2 — A tabela salarial constante do anexo I e as cláusulas de incidência pecuniária produzem efeitos a partir de 1 de Março de 1996 e vigorarão pelo período de 12 meses.
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —
- 7 —
- 8 —
- 9 —

Cláusula 104.ª

Retribuições mínimas dos extras

1 — Ao pessoal contratado para os serviços extras serão pagas pela entidade patronal as remunerações mínimas seguintes:

- Chefe de cozinha — 7800\$;
- Chefes de mesa, de *barmen*, de pastelaria e cozinheiro de 1.ª — 6700\$;
- Empregados de mesa e bar — 6100\$;
- Quaisquer outros profissionais — 5600\$.

- 2 —
- 3 —
- 4 —

- 5 —
- 6 —

Cláusula 140.ª

Direito à alimentação

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —
- 7 —
- 8 —

9 — Para todos os efeitos deste contrato, nomeadamente os referidos nesta cláusula, o valor pecuniário da alimentação completa é computado nos seguintes valores:

- a) Para os estabelecimentos referidos nos n.ºs 1, 2 e 4 desta cláusula — 5400\$ mensais;
- b) Para os estabelecimentos referidos no n.º 3 desta cláusula — 11 500\$ mensais;
- c) Para os estabelecimentos referidos no n.º 6 desta cláusula — 4400\$ mensais.

Cláusula 145.ª

Valor pecuniário da alimentação

1 — As refeições que excepcionalmente e por conveniência da entidade patronal não possam ser tomadas pelos trabalhadores a quem vinha sendo fornecida a alimentação em espécie serão pagas aos trabalhadores pelos valores mínimos seguintes (valor das refeições avulsas fornecidas):

- a) Pequeno-almoço — 170\$;
- b) Ceia simples — 370\$;
- c) Almoço, jantar e ceia completa — 580\$.

- 2 —

ANEXO I
Tabela salarial

Níveis	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Grupo E
XIV	162 300\$00	145 200\$00	123 200\$00	116 800\$00	100 600\$00
XIII	124 000\$00	117 500\$00	106 300\$00	102 000\$00	90 900\$00
XII	100 600\$00	97 800\$00	90 600\$00	89 700\$00	77 800\$00
XI	91 700\$00	88 600\$00	82 800\$00	81 100\$00	68 600\$00
X	88 400\$00	85 100\$00	79 100\$00	78 400\$00	68 600\$00
IX	84 500\$00	80 700\$00	75 000\$00	71 900\$00	63 100\$00
VIII	75 500\$00	74 100\$00	67 500\$00	64 000\$00	57 000\$00
VII	66 300\$00	64 400\$00	58 700\$00	58 300\$00	56 000\$00
VI	61 600\$00	60 300\$00	56 200\$00	55 900\$00	55 900\$00
V	58 300\$00	57 300\$00	53 700\$00	53 400\$00	52 700\$00
IV	56 300\$00	56 000\$00	52 300\$00	52 300\$00	45 000\$00
III	55 400\$00	54 700\$00	44 900\$00	42 500\$00	40 200\$00
II	54 700\$00	43 300\$00	38 900\$00	37 700\$00	35 900\$00
I	36 700\$00	35 100\$00	33 000\$00	32 100\$00	31 300\$00

Notas

1 — Aos trabalhadores administrativos das empresas e ou estabelecimentos dos grupos C, D e E aplica-se a tabela salarial do grupo C; aos trabalhadores administrativos das empresas e ou estabelecimentos dos grupos A e B aplicam-se as tabelas dos grupos A e B, respectivamente.

2 — Aos estabelecimentos de restauração e similares e outros de apoio integrados ou complementares de quaisquer meios de alojamento será observado o grupo salarial aplicável ao correspondente ao estabelecimento hoteleiro, salvo se, em virtude de classificação turística mais elevada, resultar a aplicação do grupo de remuneração superior.

3 — As categorias profissionais de pasteleiro constantes da tabela não abrangem os profissionais das pastelarias e confeitarias com fabrico próprio.

4 — As funções efectivamente exercidas que não se enquadrem nas categorias previstas neste contrato são equiparadas àquelas com que tenham mais afinidade e ou cuja definição de funções mais se lhes aproxime, sendo os trabalhadores, para efeitos de remuneração, iguais ao nível respectivo.

5 — a) O estágio para escriturário terá a duração de três anos, independentemente da idade do trabalhador no acto de admissão.

b) Os escriturários de 3.ª e 2.ª ingressam automaticamente na categoria profissional imediata logo que completem três anos de permanência naquelas categorias.

Porto, 18 de Março de 1996,

Pela Associação dos Hotéis do Norte de Portugal:

(Assinatura ilegível)

Pela Associação das Pensões do Norte:

(Assinatura ilegível)

Pela Associação dos Restaurantes, Cafés e Similares do Norte de Portugal:

(Assinatura ilegível)

Pela Associação das Confeitarias, Pastelarias e Leitarias do Norte:

(Assinatura ilegível)

Pela Associação das Casas de Pasto e de Vinhos dos Concelhos do Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia:

(Assinatura ilegível)

Pela União das Associações da Indústria Hoteleira e Similares do Norte de Portugal:

(Assinatura ilegível)

Pelo SINDHAT — Sindicato Democrático da Hotelaria, Alimentação e Turismo:

(Assinatura ilegível)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, em representação dos seguintes sindicatos filiados:

SITSE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;

STESCB — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio de Braga;

SINDCIS/CN — Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços Centro-Norte;

SITESC — Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio;

Manuel Soares Marques.

Pelo SIFOMATE — Sindicato dos Foguistas de Mar e Terra:

Manuel Soares Marques.

Declaração

A União dos Industriais de Hotelaria e Similares do Norte de Portugal assinou o contrato colectivo de trabalho com a FETESE em representação das seguintes associações:

Associação dos Hotéis do Norte de Portugal;

Associação das Pensões do Norte;

Associação dos Restaurantes, Cafés e Similares do Norte de Portugal;

Associação das Confeitarias, Pastelarias e Leitarias do Norte;

Associação das Casas de Pasto e de Vinhos dos Concelhos do Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia.

Pela Direcção, o Director-Geral, António Manuel Conde Pinto.

Entrado em 25 de Junho de 1996.

Depositado em 10 de Julho de 1996, a fl. 17 do livro n.º 8, com o n.º 287/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.